

FMI faz exigências para negociar dívida

Washington — Uma economia global mais dinâmica com condições financeiras estáveis e acesso aos mercados, a reforma econômica nos países endividados e a provisão sem demora de financiamento são as condições para solucionar a dívida externa, disse ontem o comitê provisório do Fundo Monetário Internacional, em entrevista à imprensa para apresentar as conclusões da reunião do comitê do FMI, seu organismo assessor. O novo diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, informou pela primeira vez que as dívidas atrasadas ao organismo, de um total de sete países, chegam a 1,2 bilhões de dólares.

Segundo fontes diplomáticas, mais de 200 milhões de dólares correspondem ao Peru.

A estratégia da dívida tem sido em grande medida efetiva, afirmou o presidente do Comitê Provisório, o ministro holandês de Finanças, H. Onno Ruding, ao apresentar o comunicado que contam as conclusões das reuniões do organismo esta semana.

O comitê recolheu as opiniões tanto das nações em desenvolvimento como as das industrializadas, em seu comunicado, apresentado por Ruding e Camdessus.

Mas há "profundos" problemas a resolver na estratégia da dívida, afirma o comunicado.

Fazendo-se eco dos fortes protestos, anteontem, dos países latino-americanos, particularmente Argentina, Brasil e Venezuela, o comitê afirma que o prazo necessário para que os países endividados obtenham financiamento, ainda quando ponham em prática adequados programas de ajuste, "é maior que o esperado e os credores privados tem frequentemente resistido a liberar fundos".

Programas

Nesse contexto, o FMI tem um papel central ao assistir às nações em desenvolvimento a elaborar programas de ajuste com vistas ao crescimento, na provisão de apoio financeiro quando for caso, e em ajudar a mobilizar o financiamento exter-

no, diz o documento.

O comitê expressa "preocupação pelas demoras na preparação e implementação, pelos bancos comerciais, de pacotes financeiros já definidos".

Ao mesmo tempo, apoia a exploração de um amplo elenco de procedimentos e técnicas financeiras pelos bancos comerciais, tais como a conversão da dívida em capital e a emissão de bônus.

Sobre o problema criado para muitas nações, que agora devolvem ao FMI mais fundos do que recebem, situação que pode continuar este ano e no próximo, Camdessus disse que isso se deve aos grandes empréstimos feitos na década e que não significam que o FMI diminua seus créditos.

Camdessus assinalou que a maior parte das devoluções provêm da Europa e, em segundo lugar da África, particularmente África do Sul.

"De 1,8 bilhão de direitos especiais de giro (2,3 bilhões de dólares) em fluxos negativos, 800 milhões correspondem à Europa, 720 milhões à África, particularmente dois países — África do Sul e Marrocos".

Segundo Camdessus, "sete países mantêm dívidas vencidas com o FMI em janeiro de 1987, de 925 milhões de DEG", 1,2 bilhões de dólares.

"É uma situação inacreditável", acrescentou, "o atraso é uma autoderrota para o país, ao se cortar o financiamento. Além do que, existem consequências para os demais países" em termos e disponibilidade de recursos e taxas de juros.

"Há que se tomar medidas para proteger a integridade financeira do FMI, e ao mesmo tempo adotar uma atitude positiva para um país, que seguramente deve estar em uma situação extremamente difícil", afirmou Camdessus. "Não lhes daremos dinheiro automaticamente, mas devemos ajudá-los a por a casa em ordem".

Segundo Camdessus, o ajuste e o crescimento são as duas faces de uma mesma moeda. "Nenhum país pode permitir-se a um mau ajuste, e os pobres, menos ainda", acrescentou.